

# Prefeito sanciona lei que altera o PDU

Na próxima terça-feira, vai ser estudada a criação de Comissão de Uso e Ocupação do Solo para tratar dos planos urbanos

O prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, promulgou ontem a lei 4.757, que proíbe a construção de edifícios com mais de cinco andares na orla de Camburi, na parte que faz fronteira com o bairro de Jardim da Penha. A medida aconteceu depois que o veto do prefeito ao projeto de lei 5.084/98, foi derrubado por 18 votos a um, por recomendação do próprio Luiz Paulo, na última terça-feira.

"O efeito prático dessa lei é bem menor do que o debate que se criou em torno dela, mas devemos aproveitar para tirar algumas lições. Uma delas é que nem toda verticalização significa perda de qualidade de vida, desde que seja feita a partir de critérios técnicos bem definidos. Outra é que é importante a compatibilização do crescimento da cidade com a preservação da qualidade de vida", disse.

Vellozo Lucas voltou a reafirmar, ontem, que decidiu recomendar aos vereadores que votassem contra o seu veto ao projeto de lei que impedia a construção de imóveis na região em discussão, com mais de cinco andares, devido à grande manifestação dos moradores do bairro, que não aceitavam a alteração do Plano Diretor Urbano (PDU).

"Eu não governo contra a opinião pública, mas espero que a cidade amadureça, porque ela precisa crescer em harmonia, de forma que os investimentos não sejam afugentados e nem se deixe de atrair novos empregos", observou Lucas.

Na próxima terça-feira, o prefeito volta a se reunir com os vereadores para estudar a criação de uma Comissão de Uso e Ocupação do Solo dentro da Câmara, para tratar de assuntos referentes ao PDU. Também está sendo estudada a ampliação da participação popular na composição do Conselho Municipal do PDU (CMPDU), que hoje possui apenas dois representantes da comunidade.

Luiz Paulo garantiu, ontem, que apesar da mudança na lei, o apart-hotel de 12 pavimentos - que causou o início da manifestação popular de Jardim da Penha - será construído na orla de Camburi, na divisa com o bairro de Jardim da Penha. "O projeto já obteve a aprovação da Prefeitura e a lei não é retroativa", disse.



Luiz Pajau

## PLANEJAMENTO

Luiz Paulo: 'É importante a compatibilização do crescimento da cidade com a preservação da qualidade de vida'

## CURTA

### MEGA-SENA

Uma verdadeira corrida às lojas lotéricas em busca da sorte grande. É o que está acontecendo com os apostadores para ganhar o superprêmio da mega-Sena, concurso 140, cuja previsão poderá chegar a R\$ 16 milhões. Vale lembrar aos apostadores que este concurso é o de final zero e, de acordo com o regulamento estabelecido pela Caixa Econômica

Federal (CEF), serão incluídos no rateio da semana os 20% reservados do prêmio total dos concursos com finais de 1 a 9. Já existe um total acumulado de R\$ 14.478.236,58. As apostas poderão ser realizadas até uma hora antes do sorteio, marcado para as 20 horas deste sábado, no Caminhão da Sorte, instalado na cidade de Recife, Pernambuco, na Exposição Nordestina de Animais e Produtos derivados.

## Moradores não querem escola municipalizada

Para protestar contra a municipalização da Escola de 1º e 2º Graus Aflordísio Carvalho, o Polivalente de Maruípe, moradores do bairro e de Itararé, pais de alunos, estudantes e representantes do Sindicato dos Profissionais em Educação do Espírito Santo (Sindiupes) fizeram uma pequena manifestação, ontem à tarde, em frente à Escola Ceciliano Abel de Almeida, onde funciona a Secretaria Municipal de Educação. Eles temem perder a única escola de 2º Grau da Grande Maruípe, região onde já há 11 escolas de ensino fundamental.

Diretores sindicais, quatro vereadores, professores, pais de alunos e servidores estavam unidos para tentar impedir o processo de municipalização. Eles se reuniram, ontem, durante quase duas horas, com a secretária municipal de Educação, Ana Maria Marreco.

**EXCEDENTES** - "Na municipalização, os professores podem não ser absorvidos pelo município e viram excedentes, ou seja, têm que se encaixar em alguma outra

escola onde houver vaga para eles", disse a presidente do Sindiupes, Cida Louzada. Segundo ela, isto aconteceu nas escolas Cinderela, em Goiabeiras, e Alberto Almeida, em Santo Antônio.

"Se a Prefeitura tem recursos para absorver estas escolas, porque não constrói outras, ampliando o número de vagas na cidade?", questionou Cida, alegando que há 400 mil crianças em idade escolar fora das escolas no Espírito Santo.

Segundo a secretária Ana Maria Marreco, não há falta de vagas na rede municipal. "Tenho 800 vagas sobrando só na Grande São Pedro, e o mesmo acontece em vários pontos da cidade. Não tenho motivo para construir escolas", disse. Ela afirmou, ainda, que está em estudos a cessão de vagas para os municípios vizinhos.

"A Secretaria não vai fazer nada sem consultar a comunidade", disse. Ana Maria Marreco afirmou, ainda, que não fechará a escola de 2º Grau. "Posso até removê-lo para outro prédio, mas fechar jamais", disse.

## Prorrogada fiscalização do Inmetro

O Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro) prorrogou o prazo para a requalificação das botijas de gás de cozinha. De acordo com Wladimir Santana, diretor-técnico do Inmetro, no Espírito Santo já foram vistoriadas 167 botijas, das quais 17 foram reprovadas pelo controle de qualidade. "Nossos técnicos preci-

saram passar por um treinamento no Inmetro do Rio de Janeiro e agora a vistoria está sendo intensificada", disse Santana, que não soube informar quantas botijas deverão ser vistoriadas no Estado.

A requalificação das botijas foi definida pela portaria 334/96, do Ministério das Minas e Energia, que estabeleceu ainda que as empresas

envasadoras do produto só podem trabalhar com botijas próprias. Em Carapina, na Serra, funciona um centro de troca de botijas entre as cinco envasadoras que atuam no Estado. Entre os problemas mais comuns está o excesso de ferrugem, amassados, problemas na coroa (parte de cima da botija) ou espessura mais fina do que a especificada.